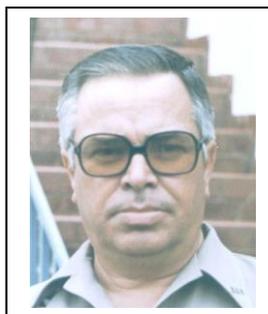


A CONSTITUIÇÃO E A PERMANENCIA DA FORÇAS ARMADAS

E O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IGHMB) e emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e correspondente da Academias de História de Portugal, Espanha, Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. Integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraíba, Ceará etc. Foi o 3º vice presidente do Instituto de Estudos Vale—paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB, doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Integrou a Comissão de História do Exército 1971-1974 e cursou a ECEME 1967/1969. E foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-1980, onde integrou comissões a propósito dos centenários de morte do General Osório Marques do Herval e do Duque de Caxias. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá-MG 1981-1982; E correspondente dos CIPEL, IHGRGS, Academia Sul Rio Grandense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. Estudou no Colégio Franciscano em Canguçu 1938/1944 e no Ginázio Gonsaga em Pelotas 1945-1949 e no Ginásio Pelotense em 1950 por ocasião da prestação do Serviço Militar na 3ª Companhia de Transmissões em Pelotas acantonada no 9º RI em Pelotas, e concluiu o Curso Científico na Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre em 1952 de onde seguiu para a cidade de Resende para cursar a AMAN e onde trabalha contratado pelo Exército como seu historiador.

Artigo do autor na Revista do Clube Militar Diário da Noite -Recifeo digitalizado para ser colocado na Internet, em Livros e Plaquetas no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB, doado a AMAN em Boletim nº 002 de 17 nov. 2014 e integrado ao Programa Pergamum de bibliotecas do Exército.



Revista do Clube Militar set/out 1993 p.29/30

Nota da Redação — Ao oportuno artigo do Coronel Cláudio Moreira Bento a Redação se autoriza acrescentar, para reflexão dos leitores, que a definição quanto ao caráter permanente das forças de terra e mar só ocorreu de forma explícita na Constituição Republicana de 1891. No texto da nossa primeira Carta-Magna (Constituição Imperial — 1824) constou (Art. 146), como incumbência da Assembleia Geral (Poder Legislativo), designar a "força militar permanente de mar e terra", subsistindo, até que tal acontecesse, "a que então houver", isto é, o que se arregimentara e mobilizara, em terra e mar, para assegurar a nossa independência e fazer frente aos conflitos dela decorrentes.

O que teve lugar no período de vigência de tal indefinição e testemunhado por vários militares que tiveram assento na Assembleia Constituinte que elaborou a Carta de 1891 está presente no artigo ora publicado.

Assim, os confrontos forças milicianas x forças armadas permanentes, no campo das ideias, ensejaram ou deram guarida, na prática, às lutas internas e às ações concretas contra a soberania e a integridade do Brasil.

uvem-se vozes pregando a abolição do Serviço Militar Obrigatório e a adoção do um Exército profissional destinado à Defesa Externa.

Ambas soluções já tentadas entre nós e que resultaram em fracasso, por suas consequências negativas para a doutrina militar e trágicas para a sociedade civil.

Comprovar isso com isenção à luz da História é obra de verificação a raciocínio para quem, patrioticamente, deseje fazer da revisão da Carta Magna uma obra em harmonia, de apurada engenharia política, de sorte a que os rios de interesses pessoais e grupais deságuem e se acomodem no grande mar dos superiores interesses nacionais

Sugere-se aos que julgam viáveis aquelas soluções que busquem as lições de nossa História e ouçam, sem prevenções e preconceitos, e democraticamente, especialistas que se vem debruçando exaustivamente, há século e meio sobre esta vital questão, à procura da melhor solução para nossas realidades e problemas específicos de Segurança.

Caso assim não se proceda, seremos levados a crer estar nos frente a um ensaio de uma nova e disfarçada política de erradicação do Exército como a 'que foi praticada por segmentos da elite política brasileira de 1823-1930", segundo o insuspeito americano S. Huntingión. Política comprovada, de forma irrefutável, por Edmundo C. Coelho na obra "Em Busca de Identidade — o Exército e a Política na Sociedade Brasileira (Rio, Forense, 1975). Política que, ainda segundo Huntingión, "assumiu forma violenta no no 2º Império e, sem perda de eficácia, evoluiu de hostilidade aberta, para formas mais sofisticadas, sutis e prudentes de erradicação do Exército no 2º Império ou de cooptação de liderança

militar na República Velha (1889-1930). Erradicação, conforme hoje o comprova a História, praticada na falsa, preconceituosa e antipatriótica premissa "*de que um Exército expressivo e permanente é uma ameaça à Uberdade, à Democracia, à Paz e ao desenvolvimento*". O que a História mostrou foi o contrário. Ou seja, uma política visando a enfraquecer ou dividir o Exército, para que o grupo que a praticava reinasse sobre a sociedade brasileira e privilegiasse os seus interesses que, obviamente, não coincidiam com as aspirações nacionais.

Assim seria licito, pois, como proteção, a classe militar adotar salvaguardas contra esta falsa política, lesiva à segurança do Brasi! e a sociedade civil. Exemplo disto foi a criação do Clube Militar, em 26 Jun 1887, visando proteger os interesses da classe militar e os nacionais. E disto encontramos edificantes exemplos na história dessa secular e tradicional entidade.

Depois da Abdicação de D. Pedro I, em 1831, forçada por segmentos da elite política brasileira, o Exército passou pelo mais violento processo de erradicação. Seu efetivo sofreu redução de 53, 2%. Suas unidades foram confinadas nas fronteiras ou nas fortalezas litorâneas, com efetivos e recursos nominais. O comando do Exército foi descentralizado.

Depois da Abdicação de D. Pedro I, em 1831, forçada por segmentos da elite política brasileira, o Exército passou pelo mais violento processo de erradicação. Seu efetivo sofreu redução de 53%. Suas unidades foram confinadas nas fronteiras ou nas fortalezas litorâneas, com efetivos e recursos nominais. O comando do Exército foi descentralizado. Até o então Capitão Emílio Mallet, atual Patrono da Artilharia, com curso em nossa Escola Militar, no Largo de São Francisco, herói de Guerra na Batalha do Passo do Rosário (20 Fev 1826), casado com brasileira, foi posto para fora do Exército, por ser estrangeiro.

Foram criadas a Guarda Nacional e as Polícias Militares para fazerem face a "problemas de Segurança Pública e Interna. A resposta foi o ciclo de lutas internas incontroláveis que, até a Paz de Ponche Verde (1* Mar 1845), incendiou o Brasil de Norte a Sul, e ameaçou transformá-lo numa colcha de republiquetas hostis entre si, bem como enlutou milhares de lares com a morte de irmãos brasileiros, imolados em lutas fratricidas.

Para devolver a paz à família brasileira recorreu-se, inclusive, à figura providencial do futuro Duque de Caxias. Ele combateu a desordem no Rio de Janeiro, como subcomandante do Batalhão Sagrado, integrado por briosos oficiais de um Exército que, hoje, à luz do Tribunal da História, estava então erradicado criminosamente. Ele comandou longo tempo o Corpo de Guardas Municipais Permanentes (a Polícia Militar da Corte), assegurando a paz e a ordem necessárias. Em seguida, consagrou-se como Pacificador, com o auxílio do Exército, que teve que ser reativado progressivamente, na tarefa de pacificar o Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Eram problemas de Segurança Pública e Interna que as organizações, para isso criadas a partir de 1831, não foram capazes de responder a altura, tendo sido necessário recorrer-se ao Exército, para tal.

Eis aqui uma lição da História! A erradicação do Exército, em 1831, seu confinamento nas fronteiras e fortalezas, com efetivos e recursos nominais, comprometeu "*a Liberdade, a Democracia, a Paz e o Desenvolvimento*". O combate às lutas internas (1831-45) consumiu vultosos recursos, provocou imensos prejuízos

Eis aqui uma lição da História! A erradicação do Exército, em 1831, seu confinamento nas fronteiras e fortalezas, com efetivos e recursos nominais, comprometeu "a Liberdade, a Democracia, a Paz e o Desenvolvimento".

financeiros e vitimou milhares de brasileiros inocentes. E, mais do que isso, a erradicação do Exército estimulou ações concretas contra a soberania e a integridade do Brasil, no Sul e no Oeste. Prova disso foram as Guerras contra Oribe e Rosas (1850-51), contra Aguirre (1864) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70). Não fora a política de erradicação, explicada por Huntington e comprovada por Edmundo Coelho, o Exército e a nossa Marinha teriam tido o poder dissuasório suficiente para ter evitado aquelas três Guerras de funestas consequências, sob todos os aspectos, para a sociedade civil dos quatro países que nelas foram envolvidos, retardando assim a desejada projeção mundial da América do Sul, hoje tão vital.

Ao estudarmos a história das grandes nações, potências ou grandes potências, guardamos esta certeza. Todas elas são igualmente grandes nações, potências ou grandes potências militares, com doutrinas militares próprias ou expressivamente nacionalizadas.

Não vemos como, pois, onde conciliar os sonhos de um Brasil, grande nação ou potência econômica, dispondo de Forças Armadas sob disfarçadas políticas de erradicação e de desconfianças baseadas na abolição do Serviço Militar.

Refleta-se sobre a triste realidade do Líbano, nação de lembranças tão enraizadas na vida brasileira, através de seus filhos que escolheram o Brasil, como segunda Pátria. O que lá ocorre conduz a pensamentos relativos à melhor maneira de o Brasil prover segurança efetiva à sociedade civil. Segurança em suas três projeções: Pública, Interna e Externa, todas fundamentais ao desenvolvimento da democracia brasileira.

Podemos tomar lições de nossas próprias experiências e das experiências alheias. A manutenção do Serviço Militar Obrigatório e a preservação de Forças Armadas fortes são lições que nos vêm das duas citadas experiências.